



**IMPRESSOS PERIÓDICOS E ESCRITA DA HISTÓRIA:
NOTAS SOBRE O CENÁRIO ATUAL**
PRINTED PERIODICALS AND HISTORICAL WRITING:
NOTES ON THE CURRENT SCENARIO

TANIA REGINA DE LUCA¹

Resumo

Os impressos periódicos atraem a atenção de um rol muito diversificado de estudiosos, graças às múltiplas possibilidades que oferecem enquanto manancial de informações e/ou objeto de pesquisa. A proposta do artigo é discutir os desafios que a mobilização desse tipo de fonte coloca para a escrita da História no contexto atual, marcado pela disponibilização de grandes quantidades de títulos em formato digital. Parte-se da sistematização de um conjunto de procedimentos e métodos já bem estabelecidos no que respeita à utilização desse tipo de fonte para, em seguida, problematizar os possíveis impactos das hemerotecas digitais para a prática historiográfica. Os deslocamentos em termos de concepção e realização das pesquisas convidam a refletir criticamente acerca das novas possibilidades analíticas aportadas pela passagem do analógico ao digital.

Palavras-chave: Impressos periódicos; procedimentos metodológicos; acervos digitais.

Abstract

The printed periodicals attract the attention of a highly diversified array of scholars, owing to the myriad possibilities they offer as sources of information and/or subjects of research. The aim of this article is to discuss the challenges posed by the utilization of this type of source for historical writing in the current context, characterized by the availability of vast quantities of titles in digital format. The discussion begins with the systematization of a set of procedures and methods already well-established concerning the use of such sources, followed by an exploration of the potential impacts of digital newspaper archives on historiographical practice. The shifts in terms of conception and execution of research invite critical reflection on the new analytical possibilities brought about by the transition from analog to digital.

Keywords: Printed periodicals; methodological procedures; digital archives.

¹ Doutora e mestra em História Social pela Universidade de São Paulo. Livre Docente em História do Brasil Republicano junto ao Departamento de História da Universidade Estadual Paulista. Atualmente é professora titular do mesmo Departamento, onde trabalha desde 1990. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 1A. E-mail: tania.luca@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8942-5237>.



Poema do jornal
*O fato ainda não acabou de acontecer
e já a mão nervosa do repórter
o transforma em notícia
O marido está matando a mulher
A mulher ensanguentada grita
Ladrões arrombam o cofre
A polícia dissolve o meeting
A pena escreve*

Vem da sala de linotipos a doce música mecânica.
Carlos Drummond de Andrade (2013, p. 41)²

O poema em epígrafe saúda a rapidez e a agilidade dos jornais, que difundiam fatos mal acabavam de acontecer. A velocidade do registro do jornalista está em sintonia com a composição da página pelos linotipistas, envoltos pelo barulho e pelo cheiro do chumbo derretido que, nas palavras do poeta, ganham sabor e musicalidade, numa ode à maquinaria que permitia produzir milhares de exemplares. Esse tempo acelerado, no qual as mudanças se sucediam num inebriante contínuo, remete para o projeto da modernidade que, a partir do século XIX, espalhou-se para além de países do continente europeu que o gestaram desde o século XVI.

O Brasil, monarquia escravista e exportadora de produtos agrícolas, não ficou imune às novidades. A rapidez referida pelo poeta já começava a contaminar a percepção de tempo e de espaço desde meados do Oitocentos, com os navios a vapor, que encurtaram as viagens entre continentes e, diferentemente dos veleiros, dependentes das correntes e dos humores dos ventos, tornaram previsível a duração das travessias transoceânicas. Nos anos 1860, jornais informavam a entrada no porto do Rio de Janeiro de embarcações que partiram de Lisboa e cruzaram o Atlântico em dezoito dias, montante que diminuiu à medida que se avançava em direção ao século XX. Outra inovação com significativo impacto na difusão da informação foi a utilização de cabos submarinos, responsáveis por interligar todo o planeta e colocar, pelo menos no horizonte do possível, a transmissão imediata da informação.

No Brasil, os cabos facilitaram enormemente a conexão entre as diferentes regiões do país. Já a ligação entre a América do Sul e a Europa foi concluída em meados de 1874, a partir da antiga freguesia portuguesa de Carcavelos, próxima da capital, com passagem pelas ilhas da

² Primeira edição do livro publicada em 1930. Poema originalmente estampado em 30/04/1930, no jornal *O Estado de Minas*.

Madeira e de São Vicente, de onde seguia até Recife, uma das cidades costeiras integradas à rede que conectava as províncias do norte à capital do Império, que começou a ser instalada em 1852 (SILVA, 1023, p. 18342–18351). Do Rio de Janeiro, o cabo estendia-se até Montevidéu e Buenos Aires. A despeito dos altos custos, o que deu origem a códigos telegráficos que visavam encurtar as mensagens, e dos constantes cuidados de manutenção requeridos, possibilitou-se transmitir, por meio de impulsos elétricos, conteúdos de forma autônoma, o que acabou por impactar o padrão de produção das notícias e submeter o leitor a múltiplas temporalidades: a instantaneidade do fato e sua análise, que os correspondentes internacionais dos jornais enviavam por navios. (nota excluída para preservar a não identificação da autoria)

O poema, portanto, celebrava prática já bem estabelecida e que somente conheceu nova inflexão nas décadas finais do século XX, com a desmaterialização dos impressos, cuja produção contava, nos seus primórdios, com paginadores e compositores encarregados de transpor textos manuscritos para os sinais tipográficos, enquanto impressores movimentavam prelos, primeiro de madeira e depois de ferro, para reproduzir página a página, cenário que pouco se diferenciava do vigente desde os tempos de Gutenberg, tanto que um indivíduo familiarizado com a rotina das oficinas dos séculos XV e XVI não se surpreenderia diante do funcionamento de um ateliê tipográfico de primórdios do Oitocentos.

A partir de meados do referido século, as práticas tradicionais sofreram transformações muito significativas, com a melhoria da qualidade do papel, agora fabricado a partir da madeira e não de trapos e oferecido também em bobinas; o aperfeiçoamento das prensas mecânicas, planas e rotativas, cada maiores, mais rápidas e potentes, cuja força motriz passou a ser o vapor e a eletricidade. Se a mecanização da impressão estava bastante avançada e difundida, o abandono da seleção manual de letras e de sinais na caixa tipográfica, trabalho paciente e demorado, teve que aguardar até a invenção da linótipo em 1885, saudada no poema (CHARTIER, 1981, p. 191-209). Os novos procedimentos e o potente maquinário, que demandavam considerável inversão de capitais, estavam em sintonia com o crescimento das principais capitais europeias, o aumento do processo de letramento, a crescente demanda por informações e por material impresso, fossem rótulos de mercadorias, folhetos, cartazes, livros, jornais ou revistas, em síntese, com às exigências da florescente industrialização e urbanização.³

³ Cabe alertar que não se trata de uma progressão dotada de linearidade, como se uma nova técnica se soterrasse a antecessora, como exemplifica o seguinte depoimento sobre a composição tipográfica: “A esse regime de produção estive sujeito, de 1906 a 1907, na oficina de *O Século*, período em que começava, com os meus colegas, a encher compondores às oito da noite, para terminar, com frequência, pelas sete horas da manhã, depois de composto parte do original destinado ao número seguinte. E, não obstante o longo horário, eu e os colegas na minha situação

Contudo, a cultura impressa, que por séculos conformou as sociedades ocidentais, foi confrontada nas décadas finais do século XX com o texto eletrônico, que impactou a organização da cadeia produtiva e impôs o silenciamento do que, na percepção do poeta, constituía-se em “doce música mecânica”. Um dos corolários da nova tecnologia foi a diminuição significativa do número de leitores de revistas e jornais no suporte papel, o que alterou práticas sociais e a própria paisagem urbana. As bancas de jornais, antes repletas de opções, desapareceram ou acabaram por se transformar em pontos de recarga de celulares, venda de cigarros e chocolates. O jornaleiro, enquanto figura social, só sobrevive na memória dos antigos compradores. O simpático proprietário conhecia as preferências de cada cliente, informava sobre títulos recém-lançados, prontificava-se a guardar exemplares para fregueses habituais. Parar na banca de jornal nem sempre respondia a necessidades práticas, era um pequeno prazer cotidiano, rever o “seu” jornaleiro, um rosto conhecido e com quem se conservavam amenidades, enquanto os olhos percorriam as novidades estrategicamente dispostas para atrair os transeuntes. Não por acaso, poucas esquinas separavam as bancas, que salpicavam tanto as ruas de bairros simples como as grandes avenidas, e ensejavam uma sociabilidade urbana que as novas gerações não tiveram oportunidade de conhecer.

Promessas da nova era

Os novos meios de difusão de dados sugeriram com a auspiciosa promessa de reunir e dar acesso a todo o conhecimento humano – ou pelo menos parte do que integraria o patrimônio cultural universal, conceito sujeito a múltiplas interpretações e que está longe de remeter a conteúdo consensual. A utopia, bastante antiga, renasceu com redobrada força frente aos meios técnicos disponíveis e que, pelo menos em tese, permitiriam superar “a oposição tida por intransponível entre o mundo fechado de toda coleção – por maior que ela seja – e o universo infinito de todos os textos já escritos” (CHARTIER, 1994 a, p. 91). Umberto Eco escreveu instigante livro acerca da natureza das listas e distinguiu as produzidas para responder a finalidades práticas, fossem para referenciar, nominar, elencar lugares e tarefas, e as poéticas, libertas desses compromissos. Sobre a internet, afirmou:

Eis a *Grande Mãe de todas as Listas*, infinita por definição, pois está em permanente desenvolvimento: a *World Wide Web*, que não é uma árvore ordenada, mas teia de aranha e labirinto, que de todas as vertigens nos promete a mais mística, e que oferece um catálogo de informações que nos dá a sensação de sermos opulentos e onipotentes,

éramos forçados a voltar à oficina antes das catorze horas, para proceder à distribuição” (VIEIRA, 1950, p. 57). O autor nasceu em 1884 e faleceu em 1973.



ao preço de não sabermos quais de seus elementos se referem a dados do mundo real, quais não, sem mais distinções entre verdades e erro (ECO, 2000, p. 360).

De fato, a *Web* parece poder cumprir o ideal da lendária biblioteca de Alexandria, que talvez tanto fascine por expressar os dois lados da condição humana: a capacidade de reflexão, criação e a ânsia pelo saber, mas também a irracionalidade e o afã destrutivo, que fez arder, ao que parece em mais de uma oportunidade, os papiros guardados em suas entranhas. Aliás, diferentemente do uso atual, o termo biblioteca não se referia ao edifício, mas aos nichos nos quais eram acondicionados os rolos. São escassas as referências, quer sobre o acervo, quer acerca da construção erguida por Ptolomeu II (285-246 a.C.) em homenagem às musas. Nem mesmo é possível estabelecer com segurança os reveses que sofreu, as causas e os responsáveis diretos, o que colabora para envolver a Biblioteca de Alexandria num manto de incertezas e fabulação. Há documentos que imputam ao sítio da cidade, levado a efeito por Júlio César, a responsabilidade pelo primeiro incêndio, não faltando, porém, testemunhos em sentido contrário, asseverando que seus tesouros não foram atingidos. Seja como for, as lutas que opuseram cristãos e pagãos cobraram seu preço e culminaram com o seu desaparecimento definitivo no século VII, por alguns atribuído ao invasor muçulmano (CANFORA, 2001).

Entretanto, a *Web* é caótica e labiríntica, bem distante das bibliotecas convencionais, com seus sólidos edifícios e regras seguras, que permitem catalogar e colocar cada obra no seu devido lugar, segundo as convenções internacionais da biblioteconomia. A distância em relação à lógica dos dicionários, construídos a partir de regras lexicográficas, “de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estrutura de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes” (BORBA, 2002, p. 15) é ainda maior. À oposição entre ordem e caos é preciso acrescentar os aspectos relacionados à perenidade e à duração, pois a rede também se constitui numa investida para tentar burlar o tempo e assegurar a eternidade, justamente o que o novo meio parece incapaz de oferecer. Manguel, de forma sensível, assinalou:

(...) a ilusão de imortalidade é criada pela tecnologia. A *Web* e sua promessa de voz e de espaço para todos é o nosso equivalente para o *mare incognitum*, o mar desconhecido que seduzia os navegantes antigos com a tentação da descoberta. Imateriais como a água, vastas demais para a apreensão mortal, as extraordinárias qualidades da *Web* permitem-nos confundir o inapreensível com o eterno. Como o mar, a *Web* é volátil: 70% de seus conteúdos duram menos de quatro meses. Sua virtude (e sua virtualidade) produz um presente constante – o que para os pensadores medievais era uma das definições do inferno (MANGUEL, 2006, p. 32).

Pode-se argumentar que os esforços de arquivos, bibliotecas, museus e universidades não padece da referida efemeridade, e é inegável a importância de se colocar à disposição de qualquer indivíduo um impressionante conjunto de dados, que contribui para tornar acessível informações em escala até então imaginável e cujo impacto, do ponto de vista epistemológico, ainda não é possível mensurar plenamente. Mudanças de tal envergadura transformam rotinas e hábitos e não deixam de resultar em perdas, pelo menos aos olhos de parte daqueles que as vivenciam. Um amante das velhas bibliotecas, que se deleitava em contemplar “o acetinado das madeiras das estantes, as manchas de cor das peças dos títulos, o calor dos couros, o ouro das ornamentações infinitamente variadas,” (GOULEMOT, 2001, p. 203-204) não pode deixar de lamentar:

A consulta à distância dos catálogos, dos textos digitalizados, a possibilidade de imprimir-los em domicílio fazem que a biblioteca não pareça mais o lugar indispensável à leitura. Ela prepara um evidente processo de dessocialização. Ficar-se-ia tentado a lhe propor um *slogan*: ‘Frequentem melhor a biblioteca pública ficando em casa!’ O que, não de convir, é um enunciado contraditório, O que é uma biblioteca sem leitores? (Idem, p. 17-18).

É interessante que metáfora do mar seja novamente evocada e Goulemot compara a biblioteca vazia a um “navio sem passageiros e para sempre atracado” (Idem, p. 18).

A tela não se constitui apenas num suporte que altera a forma de acesso aos textos, mas institui novas maneiras de ler, apreender e dar sentido ao escrito, aspectos já amplamente discutidos na bibliografia especializada (CHATIER, 1994 b, p. 185-199). Se é inegável que a era eletrônica descortinou novas e revolucionárias perspectivas, não parece que se esteja diante do fim dos impressos, como muitos chegaram a vaticinar, ainda que seja preciso, segundo alertou Robert Darnton, atentar para a estonteante celeridade no ritmo das mutações conhecidas pelos registros escritos:

(...) a velocidade das mudanças é de tirar o fôlego: da escrita ao códice foram 4300 anos; do códice aos tipos móveis, 1150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet aos buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do Google, sete anos; e que pode imaginar o que está por vir no futuro próximo? (DARNTON, 2010, p. 41).

Do analógico ao digital

Independentemente do que o futuro nos reserve, é certo que com as atuais infovias, que dão acesso a vasto material em formato digital, e potentes motores de busca, as pesquisas com impressos periódicos mudaram de patamar. As várias possibilidades de abordagem, a exemplo

da história da imprensa em termos mais amplos (no mundo, de um país, região, estado, cidade, período específico, etc.); de um ou mais títulos; de publicista(s)/jornalista(s), artistas do traço, fotógrafos; de setores (imprensa operária, feminina, masculina, esportiva, infantil, étnica, de humor, organizações/partidos políticos, moda, literatura, artes plásticas, música, arquitetura, etc.); de aspectos relativos ao texto jornalístico (reportagem, fotorreportagem, *fait-divers*, folhetim, crônica, etc.); das relações entre imprensa e imagem (caricatura, desenhos, infográficos, fotografia); das técnicas de composição, impressão e dos processos de distribuição, enfim, todo e qualquer questionamento que os pesquisadores formulem, é inegável que se está diante de novos desafios. Pouco importa que se estudem periódicos produzidos muito antes de se sonhar com a possibilidade de desmaterialização, o acesso ocorre, com frequência cada vez maior, apenas em versão eletrônica, enquanto a análise cabe a jovens talentosos, nativos digitais cuja experiência de leitura já não inclui o hábito de folhear cotidianamente jornais impressos.

O novo contexto não invalida a metodologia específica delineada para o estudo de periódicos no suporte papel, razão pela qual vale a pena sintetizá-la, a começar pela questão da materialidade, que engloba o processo de fabricação de cada exemplar e depende de papel, tinta, recursos técnicos disponíveis nas tipografias, trabalhadores especializados para diagramar, compor e imprimir. Obviamente, os jornais do início do século XIX, em geral, com quatro páginas, sem conteúdo iconográfico, com muitas colunas, pouca variabilidade em termos de família e tamanho de letras, apresentam-se de forma muito diversa daqueles que circulavam na segunda metade do século seguinte, com suas manchetes, lides, fotografias, organização temática em cadernos e suplementos dominicais.

Ambos, porém, tinham que chegar às mãos do leitor, daí a atenção ao percurso realizado por cada exemplar e o quanto as rotas disponíveis, fossem terrestres, marítimas ou aéreas, impactavam no alcance geográfico da publicação, na tiragem e nos investimentos para atualização tecnológica, que colaboravam para que os custos baixassem enquanto crescia e sofisticava-se a qualidade do que se ofertava.

Se, no Brasil, os impressos publicados às vésperas da independência não visavam a obtenção de lucros e com frequência eram empreendimentos de indivíduos (LUSTOSA, 2010), a situação tendeu a se tornar bem mais complexa à medida que a atividade passou a requerer investimentos significativos e se tornou uma indústria, o que colocou no centro da cena a questão da sustentabilidade econômica, mas também instituiu hierarquias internas nas

redações.⁴ Enquanto mercadoria, o impresso precisava ser vendido, dirigir-se a determinado público, o que também reverberava na apresentação gráfica, dimensões, periodicidade e preço dos exemplares. Esses aspectos, por vezes negligenciados, são fundamentais, pois ajudam a esclarecer a linha editorial adotada.

Seria enganoso supor que a historicidade de um periódico se esgota na sua materialidade, por mais complexos que seja os aspectos que a cercam, isso porque os textos e as imagens que povoavam as suas páginas também possuem conhecido modificações com o correr do tempo. Assim, a presença de editorialistas e repórteres, que tenderam a se especializar em determinadas temáticas (política, economia, cultura, esportes, relações internacionais, crianças, mulheres, etc.), desenhistas, caricaturistas, chargistas, fotógrafos, revisores, cronistas, críticos (de teatro, literatura, cinema, rádio, televisão), tanto quanto os variados esses os gêneros textuais (entrevistas, enquetes, reportagens, fotorreportagens, crítica cultural, narrativas ficcionais) precisam ser remetidos a contextos históricos particulares, de tal forma que se questione acerca de quem escreve, o que escreve, sob quais condições o faz, o que guarda relação com o processo de profissionalização dos colaboradores, tanto no que concerne ao conteúdo textual e às imagens, que desempenharam funções das mais relevantes a partir do início do século XX, quando a reprodução direta da fotografia tornou-se possível graças à difusão do processo conhecido como similigravura, meio-tom ou meia tinta (GERVAIS, 2010, p. 8-25).

Folhear atentamente uma publicação permite identificar a tecnologia gráfica então disponível, os protocolos vigentes em termos de ordenação interna do conteúdo, o que se entendia por jornalismo e jornalista, os gêneros textuais mobilizados. Já em relação ao conteúdo ofertado ao leitor, nunca se negligência o contexto de circulação (econômico, político, social, cultural, nacional e internacional), o grau (ou a falta) de liberdade de imprensa vigente, as relações de proximidade ou distância mantidas com o poder, entendido não apenas em termos estritamente políticos, mas culturais, literários, científicos, a depender do escopo da publicação. O procedimento convida, ainda, a levar em conta os predecessores de natureza, pois é comum que se evoquem tradições ou que se deseje estabelecer pontos de ruptura.

Além do diálogo com o passado, é preciso ter claro que são os desafios do presente que justificam a decisão de se posicionar no espaço público via lançamento de um novo título, o que justifica a relevância de identificar idealizadores, financiadores, diretores e principais colaboradores, que configuram redes tecidas por laços de amizade e solidariedade.

⁴ É instrutivo o testemunho de DARNTON (1990, p. 41-57) acerca de sua experiência no jornalismo.

As características materiais, por seu turno, estão em sintonia com os valores e ideais defendidos, que têm em vista o público imaginado. As redações, conforme propôs Sirinelli (1996, p. 231-269), aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que permitem cartografar clivagens no campo intelectual e lhe conferem estrutura e dinâmica. Nesta perspectiva, escolha do título, os textos programáticos e o sumário resultam de intensa atividade de bastidores, o que justifica o esforço de precisar o tipo de diálogo mantido com congêneres em circulação no mesmo momento, noutros termos, trata-se de investigar o tempo quente da sincronia, tendo em vista restabelecer os embates em curso num dado momento. Estudos, por mais detalhados que sejam, a respeito de um título isolado arriscam deixar escapar embates e alianças, uma vez que jornais e revistas não existem de forma isolada, mas conformam um campo atravessado por tensões e cuja marca distintiva é a interação.

Os amalgamas em termos de intercâmbios e apropriação de denominações, modelos, soluções técnicas e projetos gráficos; de rubricas, gêneros jornalísticos e imagens; de projetos e propostas estéticas não se restringiram ao âmbito local, uma vez que a circulação sempre ocorreu em escala transnacional, o que alarga o espectro de análise e convida a refletir sobre circuitos de grande amplitude. Assim, por exemplo, no decorrer do século XIX, o que se observa é o deslocamento físico da figura do livreiro-editor, que atravessava o oceano, seja em nome de uma casa editora, seja por iniciativa própria, para desbravar mercados, não raro desempenhando papel importante no sistema literário local e mantendo abertas vias de mãos duplas para a impressão livros de autores locais, tradução e difusão de obras europeias, lançamento de revistas, numa atuação que permite considerá-lo mediador cultural e cujo exemplo paradigmático no caso brasileiro, ainda que longe de ser o único, é o francês Baptiste Louis Garnier.

Os procedimentos metodológicos sinteticamente referidos precisam dialogar com as atuais hemerotecas digitais e suas milhares de páginas, circunstância que ultrapassa a evidente facilidade de acesso, que liberta o consulente deslocamentos, regras e horários. Há que se lamentar, porém, que algumas instituições, sob o argumento de que a imagem substitui o original, vedem o acesso ao suporte papel daquilo que colocam em seu sítio, decisão que impacta os estudos sobre a materialidade. Isso porque a imagem não permite saber as dimensões da página, problema que poderia ser resolvido com a colocação de uma simples régua no processo de digitalização; tampouco a qualidade e espessura do papel; a cor, quando se decide realizar a transposição em preto e branco; a identificação da técnica utilizada na fatura de imagens, que por vezes exige o uso de microscópio, como revelam, por exemplo, os estudos

sobre a produção de Julião Machado (FONSECA, 2016), ao que se soma a aflitiva questão das coleções incompletas. Não se pode perder de vista que o papel é tridimensional, enquanto a tela só tem duas dimensões, portanto a digitalização é uma representação que pode ser incompleta, como nos casos em que o procedimento se ocupa apenas do anverso, com perda de informações presentes no verso, o que pode induzir a interpretações errôneas.⁵ Algumas das limitações apontadas não devem ser imputadas ao suporte, mas à forma como o processo foi realizado, enquanto outras não dispensam a consulta aos originais.

É inegável que muitos títulos, alguns em vias de desaparecer pela ação do tempo, agora podem ser facilmente confrontados graças aos meios eletrônicos, que não apenas permitem propor objetivos antes irrealizáveis mesmo por amplas equipes, mas também institui novos parâmetros para formulação de questionamentos, potencializam o trabalho com múltiplas temporalidades e o estabelecimento de relações sincrônicas e diacrônicas entre títulos, sem se ater à fronteira geográficas, de modo a recompor as escolhas disponíveis para os leitores num dado momento.

Já a possibilidade de percorrer milhares de páginas em poucos segundos e localizar informações a partir de palavras-chave é outro aspecto que altera os procedimentos de pesquisa e, por mais que os resultados obtidos por meio de ferramentas de recuperação de dados sejam parciais e que sempre restem dúvidas em relação ao montante que escapou ao programa que converte imagem em texto (*Optical Character Recognition*, OCR), o novo horizonte que se abriu é muito diverso do vigente antes da digitalização.

Trata-se de mudança profunda, pois a pesquisa analógica pressupunha que se soubesse o que e onde procurar, sem esquecer que pessoas e acontecimentos secundários, muito possivelmente, não ocupariam espaço nas estantes dos arquivos, exceção feita à documentação policial, judiciária, inquisitorial e registros médicos. Personagens que nunca tiveram papel decisivo tornavam-se, em larga medida, invisíveis e parecia assente que muitos aspectos eram irrecuperáveis em vista dos procedimentos de investigação disponíveis, o que reverberava nas temáticas investigadas e nas hipóteses elaboradas no interior desse universo. Pode-se afirmar que há uma espécie de inversão de percurso enquanto há meios para reunir informações e estabelecer conexões antes insuspeitadas e que de antemão nem sempre se sabe o que procura. O uso do OCR trouxe, portanto, consequências epistemológicas em termos da proposição e do desenrolar da pesquisa, com a consulta, em poucos segundos, a milhares de páginas de

⁵ Exemplar nesse sentido é a comparação de manuscritos de Machado de Assis em diferentes suportes realizado por SILVA (2019, p. 125-160, abr. 2019).

impressos periódicos os mais variados, que registram minúcias do cotidiano, eventos, aspectos e personagens irrecuperáveis por métodos analógicos (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 196-2019).

A mineração de dados e o uso de ferramentas digitais altera procedimentos consagrados e gera novos dados, com todos os riscos que um uso inocente coloca. A reordenação e a rearticulação de informações, mesmo aquelas bem conhecidas, acabam por gerar um conjunto diverso que permite propor novos questionamentos, o que aponta para o impacto sobre práticas e métodos de análise que tendem a ser adjetivados de tradicionais, mas que continuam, pelo menos até o momento, indispensáveis.

Entre tantas novidades e potencialidades, resta ainda considerar outro aspecto. Grande parte dos acervos digitais provém de arquivos físicos, o que não continua a exigir reflexão acerca do arquivo em si, seu processo de constituição, conteúdo preservado, ordenação, silêncios ou presenças excessivas. É bem-sabido que a decisão do que guardar não é fruto de escolhas individuais, mas remete aos processos sociais, pois no ato de arquivar intervém o desejo de uma dada sociedade de se apresentar à posteridade, de legar aquilo que, num dado contexto, se considera digno de ser lembrado. Obviamente, se trata de excluir tudo o que não desfrute, aos olhos dos contemporâneos, de tal legitimidade (LE GOFF, 1984, p. 95-106). Assim, a sobrevivência de um conjunto documental informa acerca do lugar social por ele ocupado quando foi produzido e, ainda, acerca dos diferentes sentidos que pode ter adquirido ao longo do tempo, dos rastros que diferentes futuros foram lhe impondo, acrescentando, extirpando.

Digitalizar documentação e disponibilizá-la obviamente não resolve os problemas colocados, só muda o modo de apresentação do que nos foi deixado. Antes do digital, jornais e revistas ganhavam nova vida quando eram publicados sob a forma de fac-símile, e as escolhas do que recolocar em circulação expressavam interesses de diferentes ordens e acabam por legitimar determinados títulos em detrimento de outros e incentivar o seu estudo, em vista da facilidade de acesso (Nota excluída para preservar a não identificação da autoria). O mesmo questionamento pode ser feito para os acervos digitais, uma vez que, seja qual for a tecnologia, o que se decide disponibilizar não é inócuo.

Transpor livros, panfletos, periódicos dos mais diversos gêneros, processos ou objetos da cultura material em representação tridimensional, potencializam as questões colocadas, pois talvez estejamos diante de uma nova espécie de apagamento, pois seja em função de limitações de recursos ou mesmo pela louvável intenção de preservar material frágil, os gestores de



instituições de guarda acabam por disponibilizar o que é mais consultado ou procurado, o que implica em selecionar apenas uma parte do que as sociedades que nos antecederam decidiram preservar, o que pode significar a imposição de silenciamentos, em sintonia com os interesses do presente. Se já contamos com a seleção feita pelos que nos antecederam, esse montante acaba ainda mais reduzido pelas escolhas atuais.

Parece urgente lembrar, especialmente aos jovens pesquisadores, que o mundo não se resume ao digital, pois essa apreensão é uma maneira de tornar ainda mais restrito o universo, já limitado, do que foi preservado. Afinal, os documentos disponibilizados na internet ganham nova vida, com camadas de sentidos acrescentados pelas nossas escolhas e colocam numa espécie de penumbra o que não é acessado pelas infovias.

Bibliografia

ANDRADE, Carlos Drummond. Poema do Jornal. *Alguma poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BORBA, Francisco da Silva. *Organização de dicionários*. Uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, v. 33, nº 69, p. 196-219, jan.-abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>. Acesso em 20 mar. 2024.

CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida*. História da biblioteca de Alexandria. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Primeira edição 1986.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, UnB, 1994 (a). Primeira edição 1992.

CHARTIER, Roger. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 21, p. 185-199, ago. 1994 (b). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000200012>. Acesso em 20 mar. 2024.

CHARTIER, Roger. L'ancien régime typographique: Réflexions sur quelques travaux récents. *Annales. Économies, sociétés, civilisations*. Année 36, n. 2, p. 191-209, 1981.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. Passado, presente e futuro. São Paulo, Companhia das Letras, 2010. Primeira edição 2009.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 41-57. Primeira edição 1990.



DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Primeira edição 1985.

ECO, Umberto. *A vertigem das listas*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Primeira edição 2009.

FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009. Primeira edição 1989.

FONSECA, Letícia Pedruzzi. *Julião Machado e as revistas ilustradas no Brasil (1895-1898)*. São Paulo: Blucher, 2016.

GERVAIS, Thierry. La similigravure. Le récit d'une invention (1878-1893). *Nouvelles de l'estampe*, n. 229, p. 8-25, 2010. <http://journals.openedition.org/estampe/1337>. Acesso em 21 mar. 2024.

GOULEMOT, Jean Marie. *O amor às bibliotecas*. São Paulo: Unesp, 2011. Primeira edição 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v. 1 Memória-História, p. 95-106. Primeira edição 1977.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Primeira edição 2006.

SILVA, Ana Cláudia Suriani da. *Esau e Jacob e Memorial de Ayres: manuscritos que viajam. Machado de Assis em Linha*, v. 12, n. 26, p. 125-160, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-6821201912268>. Acesso em 22 mar. 2024.

SILVA, Mario Costa da. O cabo telegráfico submarino e sua influência sobre a teoria eletromagnética. *Brazilian Journal of Development*, v. 9, n. 05, p. 18342–18351, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n5-261. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/60166>. Acesso em 15 mar. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 231-269. Primeira edição 1990.

VIEIRA, Alexandre., *Em volta da minha profissão*, Lisboa: Editora do Autor, 1950.